



COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

TARDE

ANALISTA CVM - PERFIL 4 - MERCADO DE CAPITAIS

PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – NÍVEL SUPERIOR
TIPO 3 – AMARELA



SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo setenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha para a marcação das respostas das questões objetivas



TEMPO

- **4 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se este caderno de provas está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Na folha de respostas da prova objetiva, confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preenchimento
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

Funcionamento do Mercado de Valores Mobiliários (MVM)

1

A Lei nº 13.874/2019, em seu Art. 5º, dispõe que as propostas de edição e de alteração de atos normativos de interesse geral de agentes econômicos ou de usuários dos serviços prestados, editadas por órgão ou entidade da administração pública federal, incluídas as autarquias e as fundações públicas, serão precedidas da realização de análise de impacto regulatório (AIR).

Em complemento, a regulamentação da AIR pelo Decreto nº 10.411/2020 dispensa sua elaboração, desde que haja decisão fundamentada do órgão ou da entidade competente, na hipótese de:

- (A) calamidade pública, urgência ou estado de emergência;
- (B) ato normativo considerado de baixo ou médio impacto;
- (C) ato normativo que vise a manter a convergência com padrões internacionais;
- (D) ato normativo que vise a preservar liquidez, solvência ou higidez do mercado imobiliário;
- (E) ato normativo que revogue, revise ou amplie normas desatualizadas para adequá-las ao desenvolvimento tecnológico consolidado internacionalmente.

2

Ao regulamentar a oferta pública de aquisição de ações de companhia aberta (OPA) na Resolução nº 85/2022, a CVM estabeleceu que ela pode ser realizada em uma das seguintes modalidades: I – para cancelamento de registro; II – por aumento de participação; III – por alienação de controle; IV – voluntária; V – para aquisição de controle de companhia aberta; e VI – concorrente.

Em todas elas, devem ser observados princípios, dentre os quais se inclui o seguinte:

- (A) a OPA deve ser intermediada exclusivamente por sociedade corretora ou instituição financeira com carteira de investimento;
- (B) a OPA torna-se imutável e irrevogável para a segurança jurídica dos destinatários e de outras partes envolvidas na operação, após a divulgação do edital;
- (C) as OPAs voluntárias, para aquisição de controle de companhia aberta e concorrente, quando envolverem permuta por valores mobiliários, estão dispensadas de registro prévio na CVM;
- (D) a OPA deve ser efetivada em leilão em ambiente de mercado organizado de valores mobiliários, salvo se for expressamente autorizada pela CVM a adoção de procedimento diverso;
- (E) a OPA deve ser dirigida indistintamente aos titulares de ações da mesma espécie e classe daquelas que sejam objeto da OPA, salvo autorização prévia da CVM, assegurado o direito de preferência entre os aceitantes de OPA parcial.

3

Uma das competências da Comissão de Valores Mobiliários é regulamentar, com observância da política definida pelo Conselho Monetário Nacional, as matérias expressamente previstas na lei de sociedades por ações.

Cabem à CVM as seguintes atribuições, EXCETO:

- (A) classificar as companhias abertas em categorias, segundo as espécies e classes dos valores mobiliários por ela emitidos negociados no mercado, e especificar as normas sobre companhias abertas aplicáveis a cada categoria;
- (B) estabelecer os limites máximos que a instituição depositária pode cobrar do acionista como custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais;
- (C) disciplinar o desmembramento das debêntures, do seu valor nominal, dos juros e dos demais direitos conferidos aos titulares;
- (D) autorizar a redução do quórum qualificado para companhia aberta com a propriedade das ações dispersa no mercado e cujas três últimas assembleias tenham sido realizadas com a presença de acionistas que representem menos da metade do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto;
- (E) autorizar transações com partes relacionadas, a alienação ou a contribuição de ativos de companhias abertas para outra companhia, caso o valor da operação corresponda a mais de 50% (cinquenta por cento) do valor dos ativos totais da companhia constantes do último balanço aprovado.

4

De acordo com a Resolução CVM nº 182/2023, que dispõe sobre certificados de depósito emitidos no Brasil com lastro em ações, certificados de depósito de ações ou em valores mobiliários representativos de dívida emitidos no exterior (BDR), é correto afirmar que:

- (A) na modalidade não patrocinado, o programa de BDR pode ser instituído por três ou mais instituições depositárias;
- (B) em cada programa de BDR, os valores mobiliários que servem como lastro para os BDR devem pertencer a uma única espécie e classe;
- (C) na modalidade patrocinado, o programa de BDR deve ser instituído por duas instituições depositárias, contratadas pelo patrocinador;
- (D) um programa de BDR patrocinado pode vigorar simultaneamente a um programa não patrocinado de BDR com lastro em até dois valores mobiliários da mesma espécie;
- (E) o programa de BDR classificado no nível I é sempre na modalidade patrocinado, sendo uma de suas características a dispensa de registro do emissor na CVM, ressalvada a hipótese de BDR com lastro em valores mobiliários representativos de dívida emitidos por emissores brasileiros.

5

Os títulos de securitização podem ser emitidos pelas securitizadoras em classe única ou em classes sênior e subordinadas.

Acerca das características das classes sênior e subordinada e da possibilidade de criação de subclasses, analise as afirmativas a seguir.

- I. Os títulos de classe sênior são aqueles que não se subordinam às demais classes para efeito de amortização e resgate; e os de classe subordinada se subordinam à classe sênior para os mesmos efeitos.
- II. Os títulos da classe sênior podem se dividir em subclasses, com diferentes níveis entre si, sendo a subclasse denominada “sênior júnior” aquela que não tem remuneração diferenciada, e as denominadas “sênior mezanino” as que possuem tal vantagem.
- III. Os títulos da classe subordinada não podem se dividir em subclasses, admitindo-se sua divisão em séries exclusivamente com o fim de se estabelecer, para cada série, prazos distintos de amortização e resgate.

É correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas;
- (B) II, apenas;
- (C) I e III, apenas;
- (D) II e III, apenas;
- (E) I, II e III.

6

Os emissores de valores mobiliários admitidos à negociação em mercados regulamentados de valores mobiliários estão obrigados a enviar à CVM informações periódicas, dentre as quais se inclui o formulário de referência. O formulário de referência é documento eletrônico cujo conteúdo deve conter as informações exigidas pela CVM; porém, algumas delas são facultativas para os emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

Em relação a informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG) no formulário de referência, o emissor registrado na categoria B NÃO é obrigado a indicar:

- (A) se ele divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para essa finalidade;
- (B) se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor;
- (C) a explicação sobre a não divulgação de informações ASG; a não adoção de matriz de materialidade; a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG; e a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas;
- (D) canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração;
- (E) os principais elementos do plano de negócios, explorando especificamente as oportunidades inseridas relacionadas a questões ASG.

7

A força-tarefa para divulgações financeiras relacionadas às mudanças climáticas (TCFD, sigla em inglês) desenvolveu recomendações que podem ser amplamente adotadas para divulgações financeiras relacionadas ao clima, aplicáveis a organizações de todos os setores da economia e a todas as jurisdições.

As alternativas abaixo apresentam essas recomendações de ampla adoção, EXCETO:

- (A) divulgar como a organização identifica, avalia e gerencia os riscos relacionados às mudanças climáticas;
- (B) divulgar a governança da companhia sobre riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas;
- (C) divulgar ao mercado e aos investidores as ações da companhia implementadas ou em vias de implementação para a conservação da biodiversidade;
- (D) divulgar as métricas e as metas utilizadas para avaliar e gerir riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas sempre que tais informações forem relevantes;
- (E) divulgar os impactos reais e potenciais de riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas sobre os negócios, a estratégia e o planejamento financeiro da organização, sempre que tais informações forem relevantes.

8

A oferta pública de distribuição de valores mobiliários de emissão de sociedade empresária de pequeno porte, realizada por meio de plataforma eletrônica de investimento participativo, fica automaticamente dispensada de registro na CVM, desde que observado, dentre outros, o seguinte requisito:

- (A) existência de valor alvo máximo de captação não superior a R\$ 20.000.000,00 e de prazo de captação não superior a 90 dias, que devem ser definidos antes do início da oferta;
- (B) os valores mobiliários objeto da oferta pública, bem como todos aqueles com eles fungíveis, neles conversíveis ou que se convertam na mesma espécie de valor mobiliário, serem objeto, cumulativamente, (i) de escrituração e (ii) de controle de titularidade e de participação societária;
- (C) os recursos captados pela sociedade de pequeno porte não podem ser utilizados para: a) a aquisição, direta ou por meio de títulos conversíveis, de participação minoritária em outras sociedades, assim entendida como 50% ou menos de suas cotas ou ações com direito a voto, conforme o caso; e b) a concessão de crédito a outras sociedades;
- (D) o emissor ser sociedade empresária de pequeno porte, assim definida como aquela constituída e com sede no Brasil, não registrada como emissor de valores mobiliários junto à CVM, e com receita bruta anual, apurada no exercício social encerrado no ano anterior à oferta, de até R\$ 25.000.000,00;
- (E) garantia ao investidor de um período de desistência de, no mínimo, 15 dias contados a partir da confirmação do investimento, sendo a desistência por parte do investidor isenta de multas ou penalidades quando solicitada antes do encerramento desse período.

9

A constituição e o funcionamento de ambiente regulatório experimental (“sandbox regulatório”) dependem de admissão de participantes, que deve se iniciar por meio de comunicado ao mercado, divulgado na página da CVM na rede mundial de computadores.

Acerca das regras desse acesso, é correto afirmar que o comunicado ao mercado:

- (A) deve indicar os critérios de elegibilidade e o conteúdo exigido das propostas a serem apresentadas, assim como os critérios de seleção e priorização aplicáveis;
- (B) deve ser aprovado pelo Colegiado da CVM e indicar o número máximo de proponentes aptos para participar do ambiente regulatório experimental, limitado a cinco integrantes;
- (C) não pode ser suspenso pela CVM após sua publicação, por gerar expectativa de direito a quaisquer dos proponentes ou demais interessados no ambiente regulatório experimental;
- (D) deve indicar o cronograma de recebimento e análise de propostas, observado o prazo máximo de 180 dias para divulgação do resultado da análise pelo Comitê de Sandbox;
- (E) não precisa ser aprovado pelo Colegiado da CVM se as pessoas jurídicas participantes forem microempresas e empresas de pequeno porte que exerçam uma ou mais atividades regulamentadas definidas pela CVM.

10

A operação de securitização tem por objeto a aquisição de direitos creditórios pelas companhias securitizadoras para lastrear a emissão de Certificados de Recebíveis (CRs) ou outros títulos e valores mobiliários perante investidores.

Sobre a natureza dos CRs e os direitos creditórios que lhes servem de lastro, analise as afirmativas a seguir.

- I. Os Certificados de Recebíveis são valores mobiliários nominativos, sob forma escritural, de livre negociação, e constituem ordem de pagamento em dinheiro.
- II. A companhia securitizadora responde pela origem e pela autenticidade dos direitos creditórios vinculados ao Certificado de Recebíveis por ela emitido.
- III. Os direitos creditórios que lastreiam os Certificados de Recebíveis devem ser previamente identificados, atendendo aos critérios de seletividade previstos no termo de securitização, e devem ser adquiridos até a data de emissão dos Certificados de Recebíveis.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas;
- (B) II, apenas;
- (C) I e III, apenas;
- (D) II e III, apenas;
- (E) I, II e III.

11

O sistema de pagamentos brasileiro (SPB) compreende as entidades, os sistemas e os procedimentos relacionados com a transferência de fundos e de outros ativos financeiros, ou com o processamento, a compensação e a liquidação de pagamentos em qualquer de suas formas.

Em relação à atuação das câmaras e dos prestadores de serviços de compensação e de liquidação, no âmbito do SPB, é correto afirmar que:

- (A) o sistema de compensação e de liquidação de operações com títulos e valores mobiliários integra o SPB, sendo a Comissão de Valores Mobiliários competente para conceder autorização às câmaras ou prestadores de serviços de compensação e de liquidação;
- (B) sendo aplicada penalidade, pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários, às câmaras e aos prestadores de serviços de compensação e de liquidação pela infração às normas legais e regulamentares que regem o SPB, caberá recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, sem efeito suspensivo, ao Conselho Monetário Nacional;
- (C) as câmaras e os prestadores de serviços de compensação e de liquidação respondem, independentemente de culpa, pelo adimplemento das obrigações originárias do emissor, de resgatar o principal e os acessórios de seus títulos e valores mobiliários, devendo contar com mecanismos e salvaguardas para assegurar a certeza da liquidação das operações neles compensadas e liquidadas;
- (D) as câmaras e os prestadores de serviços de compensação e de liquidação deverão, obedecida a regulamentação baixada pela Comissão de Valores Mobiliários, separar patrimônio especial, formado por bens e direitos necessários a garantir exclusivamente o cumprimento das obrigações existentes em cada um dos sistemas que estiverem operando;
- (E) a insolvência civil, intervenção, falência ou liquidação extrajudicial, a que seja submetido qualquer participante do SPB, não afetarão o adimplemento de suas obrigações, assumidas no âmbito das câmaras ou prestadores de serviços de compensação e de liquidação, que serão ultimadas e liquidadas na forma prevista nas leis especiais que tratam de cada um dos regimes concursais.

12

Em relação ao entendimento da CVM sobre as normas aplicáveis aos criptoativos que forem valores mobiliários, consolidado no Parecer de Orientação nº 40, aprovado pelo Colegiado da autarquia em 11 de outubro de 2022, analise as afirmativas a seguir.

- I. O conceito de valor mobiliário tem natureza instrumental e objetiva delimitar o regime mobiliário e, conseqüentemente, a competência da CVM. Dessa forma, nas hipóteses em que determinado criptoativo é valor mobiliário, os emissores e demais agentes envolvidos estão obrigados a cumprir as regras estabelecidas para o mercado de valores mobiliários e poderão estar sujeitos à regulação da CVM.
- II. Ainda que os criptoativos não estejam expressamente incluídos entre os valores mobiliários citados nos incisos do Art. 2º da Lei nº 6.385/1976, os agentes de mercado devem analisar as características de cada criptoativo com o objetivo de determinar se é valor mobiliário, o que ocorre quando (i) o criptoativo é a representação digital de algum dos valores mobiliários previstos taxativamente nos incisos I a VIII do Art. 2º da Lei nº 6.385/1976 e/ou previstos na Lei nº 14.430/2022; ou (ii) o criptoativo se enquadra no conceito aberto de valor mobiliário do inciso IX do Art. 2º da Lei nº 6.385/1976, na medida em que seja contrato de investimento coletivo.
- III. No que diz respeito aos criptoativos que se enquadram nos requisitos previstos no inciso IX do Art. 2º da Lei nº 6.385/1976, a caracterização de determinado ativo como um contrato de investimento coletivo não depende de manifestação prévia da CVM. Por conseguinte, os contratos de investimento coletivo, ainda que invistam ou que assumam exposição em criptoativos que não sejam valores mobiliários, são valores mobiliários.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas;
- (B) II, apenas;
- (C) I e III, apenas;
- (D) II e III, apenas;
- (E) I, II e III.

13

Considerando-se a regulamentação da CVM para os fundos de investimento, verificado o patrimônio líquido negativo da classe de cotas, com limitação de responsabilidade dos cotistas ao valor por eles subscritos, é correto afirmar que:

- (A) o administrador deve, imediatamente, em relação à classe de cotas cujo patrimônio líquido está negativo, fechar para resgates e realizar amortização de cotas;
- (B) o administrador requererá à CVM que decrete a liquidação extrajudicial da classe de cotas se a assembleia de cotistas, convocada para deliberar sobre o plano de resolução do patrimônio líquido negativo, não for instalada por falta de quórum;
- (C) o gestor deve comparecer à assembleia de cotistas convocada para deliberar sobre o plano de resolução do patrimônio líquido negativo, e sua ausência impõe o adiamento da assembleia, diante de sua qualidade de responsável pela gestão da carteira de ativos;
- (D) a CVM pode pedir a declaração judicial de insolvência da classe de cotas quando identificar situação na qual seu patrimônio líquido negativo represente risco para o funcionamento eficiente do mercado de valores mobiliários ou para a integridade do sistema financeiro;
- (E) o administrador deve, em até 10 (dez) dias, elaborar plano de resolução do patrimônio líquido negativo, do qual conste proposta de cobri-lo mediante aporte de recursos, próprios ou de terceiros, em montante e prazo condizentes com as obrigações da classe, proibidas novas subscrições de cotas.

14

A Comissão de Valores Mobiliários, após análise de conveniência e oportunidade, decidiu suspender, antes da tomada da decisão de primeira instância, o procedimento administrativo destinado à apuração de infração praticada por administrador de fundo de investimento, propondo ao investigado assinar termo de compromisso.

Considerada essa situação hipotética, de acordo com a Lei nº 6.385/1976, é correto afirmar que:

- (A) o termo de compromisso deve ser homologado em juízo a fim de constituir título executivo judicial em favor da CVM para a execução forçada de suas obrigações em face do signatário;
- (B) o termo de compromisso deverá ser publicado no Diário Oficial eletrônico da União, após sua assinatura com discriminação do prazo para cumprimento das obrigações eventualmente assumidas;
- (C) o termo de compromisso importa confissão quanto à matéria de fato e o reconhecimento de ilicitude da conduta analisada, tendo como efeito a impossibilidade de aplicação de sanção pela CVM que não seja a de multa;
- (D) a CVM dará continuidade ao procedimento administrativo para a aplicação das penalidades cabíveis se o investigado assinar o termo de compromisso e não cumprir as obrigações nele fixadas no prazo;
- (E) o investigado, se assinar termo de compromisso, obriga-se a cessar a prática de atividades ou atos considerados ilícitos pela Comissão de Valores Mobiliários e a corrigir as irregularidades apontadas; porém, não indenizará os prejuízos, haja vista que tal conduta depende de decisão judicial condenatória.

15

Consoante as normas da CVM para obtenção de registro e regimes de prestação de informações por emissores estrangeiros, é correto afirmar que:

- (A) o representante legal dos emissores estrangeiros é equiparado ao diretor de relações com investidores para todos os fins previstos na legislação e regulamentação do mercado de valores mobiliários;
- (B) a Superintendência de Relações com Empresas (SEP) deve suspender o registro de emissor de valores mobiliários estrangeiro caso ele descumpra, por período superior a seis meses, suas obrigações periódicas;
- (C) os emissores estrangeiros devem entregar as demonstrações financeiras à CVM na data em que forem colocadas à disposição do público, observado o limite máximo de três meses do encerramento do exercício social;
- (D) estão automaticamente dispensados do registro de emissor de valores mobiliários os emissores estrangeiros cujos valores mobiliários sejam lastro para programas de certificados de depósito de valores mobiliários – BDR Nível I, desde que sejam não patrocinados;
- (E) as demonstrações financeiras de emissores estrangeiros devem ser elaboradas em português, em moeda corrente nacional, de acordo com a Lei nº 6.404, de 1976, e com as normas da CVM, e devem ser auditadas por auditor independente registrado na CVM, tal qual os emissores nacionais.

16

A oferta pública de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) deve observar a regulamentação fixada pela CVM, no exercício da competência que lhe foi atribuída pela Lei nº 14.430/2022, para editar as normas sobre a emissão pública de Certificados de Recebíveis e outros valores mobiliários representativos de operações de securitização de tais direitos. Nesses termos, os CRAs ofertados ao público em geral devem:

- (A) ser constituídos por direitos creditórios cedidos por duas ou mais companhias abertas sob controle comum;
- (B) ser constituídos por créditos considerados como performados no momento da cessão ou subscrição pela companhia securitizadora;
- (C) possuir devedores ou coobrigados com exposição máxima de 10% do valor da emissão, ainda que o devedor ou coobrigado seja companhia aberta ou instituição financeira;
- (D) contar com retenção substancial de riscos e benefícios do cessionário ou de terceiros, salvo se o CRA estiver vinculado à dívida de responsabilidade de dois ou mais devedores;
- (E) ter como lastro direitos creditórios, originais ou cessionários, de credores pessoas físicas ou jurídicas, produtores rurais ou suas cooperativas, com destinação dos recursos, dada pelo devedor ou pelo cedente, exclusiva ao setor agropecuário.

17

Em conformidade com a Resolução CVM nº 193/2023, que dispõe sobre a elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, com base no padrão internacional emitido pelo *International Sustainability Standards Board* – ISSB, analise as afirmativas abaixo.

- I. O relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, com base no padrão do ISSB, deve ser objetivamente identificado e apresentado de forma segregada das demais informações da entidade e das demonstrações financeiras.
- II. Para as companhias abertas, a obrigatoriedade de elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, com base nas normas do ISSB, começa a partir dos exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026.
- III. A opção de elaboração e divulgação de relatório de informações financeiras, em caráter voluntário, relacionadas à sustentabilidade, pelos fundos de investimento e companhias securitizadoras, com base no padrão internacional emitido pelo ISSB, fica estabelecida a partir dos exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025.

Está correto o que se afirma em:

- (A) II, apenas;
- (B) III, apenas;
- (C) I e II, apenas;
- (D) I e III, apenas;
- (E) I, II e III.

18

Em relação à prestação de serviços de custódia de valores mobiliários, nos termos da regulamentação da CVM (Resolução nº 32/2021), é correto afirmar que:

- (A) a autorização concedida será cancelada quando houver a concessão de recuperação judicial, decretação de liquidação extrajudicial, liquidação judicial ou dissolução do custodiante;
- (B) os serviços de custódia podem ser prestados para investidores, quando o custodiante for contratado para a guarda dos valores mobiliários de titularidade destes, e para emissores de valores mobiliários não escriturais;
- (C) a Resolução se aplica às posições detidas em mercados de derivativos e não se aplica às letras financeiras e a outros instrumentos que, em caso de distribuição pública, sejam sujeitos à competência da CVM;
- (D) a prestação de serviços de custódia de valores mobiliários pode ser autorizada para qualquer instituição financeira pública ou privada e para sociedades corretoras ou distribuidoras de títulos e valores mobiliários;
- (E) o pedido de autorização deve ser encaminhado à Superintendência de Relações com o Mercado e Intermediários, e a autorização deve ser automaticamente concedida se o pedido não for denegado dentro de 30 dias a contar de sua apresentação, mediante protocolo.

19

A CVM, ao regulamentar o dever de verificação da adequação dos produtos, serviços e operações ao perfil do cliente (*suitability*) por parte das pessoas habilitadas a atuar como integrantes do sistema de distribuição e dos consultores de valores mobiliários, veda qualquer recomendação de produtos, realização de operações ou prestação de quaisquer serviços sem verificação de sua adequação ao perfil do cliente.

A verificação deve avaliar, cumulativamente, se: o produto, serviço ou operação é adequado aos objetivos de investimento do cliente; a situação financeira do cliente é compatível com o produto, serviço ou operação; o cliente possui o conhecimento necessário para compreender os riscos relacionados ao produto, serviço ou operação.

Em relação ao cumprimento da adequação do produto, serviço ou operação aos objetivos de investimento do cliente, deve(m)-se analisar:

- (A) as finalidades do investimento;
- (B) a necessidade futura de recursos declarada pelo cliente;
- (C) o valor e os ativos que compõem o patrimônio do cliente;
- (D) os tipos de produtos, serviços e operações com os quais o cliente tem familiaridade;
- (E) a natureza, o volume e a frequência das operações já realizadas pelo cliente no mercado de valores mobiliários.

20

Em 2021, o Colegiado da CVM aprovou Resolução que dispõe sobre a prevenção à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e ao financiamento da proliferação de armas de destruição em massa – PLD/FTP – no âmbito do mercado de valores mobiliários.

Em relação aos aspectos (i) âmbito da Resolução, (ii) obrigações das pessoas jurídicas e (iii) obrigações dos órgãos da alta administração, é correto afirmar que:

- (A) os órgãos da alta administração, conforme especificado na política de PLD/FTP, são responsáveis pela aprovação e adequação da respectiva política, da avaliação interna de risco, assim como das regras, dos procedimentos e dos controles internos;
- (B) as pessoas jurídicas sujeitas às obrigações previstas na Resolução devem indicar um diretor estatutário, responsável pela implementação e manutenção da respectiva política de PLD/FTP, e sua nomeação ou substituição deve ser informada à CVM no prazo de cinco dias úteis, contados da sua nomeação ou substituição;
- (C) as pessoas jurídicas sujeitas às obrigações previstas na Resolução devem elaborar e implementar política de PLD/FTP, documentada, aprovada pelo órgão deliberativo máximo da pessoa jurídica e mantida atualizada, de prevenção à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e ao financiamento da proliferação de armas de destruição em massa;
- (D) a Resolução disciplina a efetivação, no âmbito do mercado de valores mobiliários, das medidas visando à indisponibilidade de bens, direitos e valores em decorrência de resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas e de demandas de cooperação jurídica internacional advindas de outras jurisdições, em conformidade com os tratados e atos internacionais vigentes;
- (E) as pessoas jurídicas sujeitas às obrigações previstas na Resolução devem comunicar, no prazo de 24 horas da conclusão da análise que caracterizou a atipicidade da operação, à Receita Federal do Brasil todas as situações e operações detectadas que possam constituir-se em sérios indícios de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo ou da proliferação de armas de destruição em massa.

Economia e Finanças

21

Com relação às explicações das diferentes teorias do ciclo de negócios sobre as causas e características das flutuações econômicas ao longo do tempo, a teoria dos ciclos reais de negócios (RBC) argumenta que:

- (A) as flutuações econômicas são o resultado natural de choques tecnológicos nos mercados competitivos com preços e salários totalmente flexíveis;
- (B) a função demanda agregada e o papel das políticas governamentais (fiscal e monetária) são relevantes para a estabilização da economia;
- (C) as expectativas homogêneas e o comportamento dos agentes econômicos são os determinantes fundamentais das flutuações econômicas;
- (D) as flutuações na quantidade de dinheiro em circulação são a principal causa das variações no nível geral de preços e na atividade econômica;
- (E) os ciclos de negócios são resultado da evolução do sistema financeiro e tendem a se tornar mais voláteis devido ao aumento da alavancagem financeira.

22

Suponha um monopolista produtor de um bem que pode potencialmente ser vendido em dois mercados com demandas inversas dadas, respectivamente, por

$$p_1 = 28 - q_1 \text{ e } p_2 = 16 - 0,5q_2.$$

A produção total tem custo

$$C(q) = 10 + 8q, \text{ onde } q = q_1 + q_2.$$

Nesse caso, é correto afirmar que:

- (A) quando o monopolista adota uma política de preço único, o excedente do consumidor no mercado 1 será 87;
- (B) caso o monopolista não consiga discriminar os mercados, há um ganho de bem-estar para a sociedade igual a 15;
- (C) caso o monopolista consiga discriminar os mercados, as quantidades vendidas em cada mercado serão, respectivamente, iguais a 8 e 6 unidades;
- (D) quando o monopolista, nesse caso, realiza discriminação de preços de segundo grau, o mercado menor tem oferta nula;
- (E) caso o monopolista não consiga realizar a discriminação de preços de terceiro grau, o mercado 2 deixa de existir, causando uma perda de bem-estar total igual a 150.

23

Diante dos conceitos e evidências obtidos por intermédio do estudo da hipótese de eficiência de mercados (EMH) e de finanças comportamentais, é correto afirmar que:

- (A) os investidores que buscam ativamente informações relevantes que desafiam suas crenças iniciais tentam desse modo prevenir o viés da dotação (*endowment bias*);
- (B) a baixa diversificação de uma carteira de ações é considerada uma potencial consequência da presença conjunta do viés da ilusão do controle (*illusion of control bias*) e do viés da confirmação (*confirmation bias*);
- (C) o viés doméstico (*home bias*) é um tipo de heurística da disponibilidade (*availability heuristic*) e pode ser explicado pelo fato de os gestores de investimentos serem responsáveis por fornecer boa performance de curto prazo para seus clientes;
- (D) o efeito halo (*halo effect*) pode estar presente quando os participantes do mercado financeiro julgam uma empresa pelo seu histórico de crescimento das receitas e é consequência do viés de aversão ao arrependimento (*regret aversion bias*);
- (E) as estratégias de negociação operadas no *day trading* baseadas na análise técnica e que possuem sucesso sistemático (ganhos mais frequentes e superiores do que perdas) corroboram a validade da hipótese da eficiência de mercado na forma fraca.

24

No mercado financeiro de um país preocupado com a prática de *greenwashing*, um investidor avalia a possibilidade de alocação de recursos entre duas empresas, A e B. A empresa A é reconhecida por sua transparência e adoção de práticas ambientais, sociais e de governança (ESG) validadas por auditores independentes e em conformidade com as normas do *International Sustainability Standards Board* (ISSB) nº 1 e 2. Já sobre a empresa B pesa recente controvérsia relacionada a possíveis propagandas enganosas sobre suas práticas ambientais. Considerando o risco reputacional e a assimetria informacional que podem afetar a empresa B, para o investidor que objetiva minimizar riscos associados ao *greenwashing* e que potencialmente deseja fomentar a redução do custo de capital por meio da promoção de práticas ESG, a estratégia mais aconselhável é:

- (A) alocar a maior parte do capital na empresa B, apostando na possibilidade de uma melhora significativa nas suas práticas ESG, desconsiderando os riscos de curto prazo na reputação e as dúvidas sobre a veracidade de suas propagandas;
- (B) relevar as questões de ESG no processo de decisão de investimento e focar apenas nos fundamentos financeiros das empresas, pois os riscos de reputação e os potenciais impactos negativos no valor são marginais a longo prazo;
- (C) diversificar igualmente o investimento entre as duas empresas, desconsiderando as diferenças significativas em seus históricos ESG, pois a empresa A obteve *assurance* e não há evidência de *greenwashing* por parte da empresa B;
- (D) investir somente em fundos de índice que replicam o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e o IDVERSA, sem analisar a composição e as práticas específicas dos fundos ou das empresas incluídas, pois todos os fundos ESG são equivalentes em termos de risco e retorno;
- (E) direcionar investimentos exclusivamente para a empresa A, considerando seu histórico comprovado de práticas ESG e a conformidade com as normas do ISSB, o que representa uma escolha de menor risco, alinhada aos princípios de sustentabilidade do investidor.

25

Uma empresa está avaliando sua estrutura de capital e estratégias para maximizar o valor para os acionistas. Considerando os ciclos de mercado e as condições internas da empresa, ela tem a opção de emitir dívida, emitir novas ações ou utilizar lucros retidos para financiar um novo projeto de expansão.

Com base nas teorias de estrutura de capital, a estratégia mais consistente com a maximização do valor do acionista, considerando uma perspectiva de longo prazo, é:

- (A) priorizar o uso de lucros retidos, de acordo com a teoria de *pecking order*, evitando o custo de emissão de novas ações ou dívida e a assimetria informacional, e ajustando a estratégia com base nas condições internas e de mercado;
- (B) aumentar a dívida independentemente das condições de mercado e das taxas de juros, pois, segundo a teoria do *trade-off*, a dedutibilidade fiscal dos juros maximiza o valor do acionista, sem provocar risco de insolvência e custos de agência;
- (C) emitir novas ações durante um mercado *bullish*, apesar dos potenciais custos de agência e sinalização negativa, assumindo que não há risco de a capitalização sobre as avaliações elevadas não compensar esses custos a longo prazo;
- (D) seguir uma abordagem inflexível de nunca emitir dívida ou ações, independentemente das condições de mercado, para evitar um potencial impacto negativo na percepção dos investidores sobre a empresa;
- (E) adotar uma política de dividendos agressiva, distribuindo a maior parte dos lucros aos acionistas, independentemente das necessidades de financiamento do novo projeto, para aumentar o preço das ações no curto prazo.

26

Considere um mercado onde há a presença de externalidades negativas provocadas pela emissão de poluição pelas fábricas pertencentes a esse mercado.

A política pública mais eficaz para corrigir essa falha de mercado é a (o):

- (A) fornecimento de subsídios às empresas do setor, incentivando a produção e o crescimento econômico, e, conseqüentemente, o incremento do bem-estar;
- (B) eliminação de regulamentações, permitindo que as forças de mercado resolvam o problema da poluição por meio da inovação e da competição como incentivos à redução das emissões;
- (C) adoção da política de preços mínimos para os produtos das empresas, fomentando o aumento dos lucros e encorajando a adoção de tecnologias mais limpas;
- (D) introdução de cotas de produção que limitam diretamente a quantidade de poluição e fazem com que, dessa forma, as empresas levem em conta o custo para a sociedade;
- (E) imposição de um imposto pigouviano, equivalente ao custo marginal externo da poluição, de forma que as empresas sejam compelidas a internalizar os custos de suas externalidades.

27

Sobre os desafios legais e regulatórios no mercado de valores mobiliários, é a estratégia regulatória mais efetiva e irrestrita:

- (A) incentivar a autorregulação entre as plataformas de negociação e empresas de investimento, de forma que a indústria possa policiar-se, via competição, contra a formação de esquemas de pirâmide;
- (B) exigir que todas as recomendações feitas por influenciadores digitais sejam previamente aprovadas pela CVM, a fim de assegurar que apenas conselhos financeiros apropriados sejam divulgados;
- (C) implementar um sistema de licenciamento obrigatório para influenciadores digitais que desejam divulgar conteúdo sobre investimentos, exigindo que passem por uma formação básica em finanças e ética de mercado;
- (D) promover campanhas educacionais voltadas para investidores sobre os riscos associados a investimentos em esquemas de pirâmide e como identificá-los, em vez de implementar novas regulamentações ou medidas de fiscalização;
- (E) desenvolver uma plataforma de colaboração entre reguladores, influenciadores e empresas de investimento, para criar diretrizes claras sobre a promoção de produtos financeiros, incluindo a verificação da veracidade das informações divulgadas.

28

A teoria do consumidor estuda como um agente racional realiza suas decisões de consumo.

Em relação a esse tema, é correto afirmar que:

- (A) a lei de demanda compensada, ao tratar dos denominados bens de Giffen, afirma que a curva de demanda hicksiana é positivamente inclinada;
- (B) no contexto da escolha sob incerteza, um agente averso ao risco, ao decidir entre duas loterias arriscadas, irá escolher aquela com menor risco;
- (C) segundo a equação de Slutsky, quando o bem é normal, o consumo diminui após um aumento de preço, mesmo que a renda do agente dependa da dotação inicial dos bens;
- (D) a variação compensatória é a mudança requerida na renda do agente de modo a manter sua função de utilidade indireta constante, em resposta a uma variação do preço de um bem;
- (E) para um agente que consome apenas dois bens, gastando exatamente metade de sua renda total no consumo de cada bem, se um bem é normal de luxo, com elasticidade-renda igual a 1,5, o outro bem será um bem inferior.

29

A empresa ABC S.A. planeja uma reestruturação de capital para financiar um projeto inovador relacionado à emissão de carbono. Atualmente, a empresa tem um capital próprio de R\$ 400 milhões e dívida de longo prazo de R\$ 100 milhões, com um custo da dívida antes dos impostos de 6%. A taxa livre de risco é de 4%, o retorno esperado do mercado é de 10%, e o beta do ativo (asset beta) igual a 0,9. A alíquota de imposto de renda corporativo é de 25%. O lucro operacional líquido após os impostos (NOPAT) esperado para o próximo ano, sem o projeto, é de R\$80 milhões, e o capital total investido na empresa é de R\$500 milhões. O custo estimado do projeto é de R\$ 150 milhões, e a empresa ABC S.A planeja financiar essa quantia integralmente por meio da emissão de dívida adicional a uma taxa de custo de dívida de 5%, graças à percepção positiva do mercado quanto à sua sustentabilidade.

Prevê-se que, com a adoção desse projeto, haja redução de custos de energia em R\$ 10 milhões anuais (antes dos impostos), geração de R\$ 5 milhões anuais em vendas de créditos de carbono (antes dos impostos), e a percepção de redução do risco operacional refletido em um beta do ativo igual a 0,8.

Com base somente nas informações fornecidas, após a adoção do projeto, é correto afirmar que:

- (A) o beta alavancado será de 1,25;
- (B) o custo médio ponderado de capital (WACC) será de 8%;
- (C) o valor econômico adicionado (EVA) é inferior a R\$ 40 milhões;
- (D) a potencial percepção da empresa sobre a redução de seu risco operacional é equivocada, pois a alavancagem aumenta o beta da empresa;
- (E) a afirmação de que há criação de valor adicional não é possível, pois o incremento na eficiência operacional e a redução do custo de capital não superam o aumento da alavancagem financeira.

30

Com base nas conclusões obtidas no desenvolvimento da moderna teoria das carteiras de Markowitz e das versões do modelo de precificação de ativos de capital (CAPM), é correto afirmar que:

- (A) se uma determinada ação tem um retorno anormal (alfa) positivo, então seu índice de Sharpe supera o índice de Sharpe da carteira de mercado;
- (B) devido ao poder de diversificação, a parcela mais significativa na determinação do risco de uma carteira diversificada é dada pela variância média dos ativos que a compõem;
- (C) caso haja restrições ao crédito, investidores com diferentes níveis de aversão ao risco podem deter diferentes carteiras ótimas de tangência, mesmo quando os investidores possuem informação perfeita e expectativas homogêneas;
- (D) a propriedade da separação em dois fundos de Tobin implica que a escolha da carteira final ótima de um investidor racional depende somente do conhecimento do ativo livre de risco e da carteira de tangência, desconsiderando o grau de aversão ao risco do investidor;
- (E) as retas de alocação de capitais (CAL) descrevem todas as combinações possíveis entre o ativo livre de risco e todos os ativos arriscados da economia. Quando o ativo arriscado é a carteira de tangência (possui índice de Sharpe máximo), a CAL coincide com a reta de mercado de títulos (SML).

31

O regime cambial pode influenciar a capacidade de um país de aproveitar suas vantagens comparativas no comércio internacional. Dessa forma, é correto afirmar que:

- (A) o regime de câmbio fixo maximiza as vantagens comparativas ao garantir estabilidade cambial e previsibilidade para os exportadores, não favorecendo nenhum setor específico da economia;
- (B) o regime de câmbio flutuante permite o ajuste automático da taxa de câmbio de forma a refletir as vantagens comparativas, melhorando o saldo comercial do país sem a necessidade de políticas governamentais;
- (C) o regime de câmbio fixo frequentemente distorce as vantagens comparativas ao manter taxas de câmbio artificiais que não refletem a produtividade relativa da economia ou a posição competitiva da economia;
- (D) o regime de câmbio flutuante impede que países desenvolvam vantagens comparativas devido à volatilidade cambial que afeta negativamente o comércio e a inexistência de políticas eficazes capazes de mitigar esses efeitos;
- (E) o regime de câmbio flutuante favorece exclusivamente as economias maiores, impossibilitando que países menores, mesmo os participantes de blocos comerciais, explorem suas vantagens comparativas devido à dominância do mercado cambial por grandes *players*.

32

Fatores geopolíticos e econômicos tornam muito difícil a previsão da dinâmica dos preços do petróleo, gerando uma preocupação relevante para os *traders* e investidores que monitoram esses mercados. Nesse contexto, considere um investidor que avalia o mercado futuro de petróleo tipo Brent e se depara com previsões de mercado divergentes. As previsões de analistas apontam para dois possíveis preços futuros: \$65 por barril e \$55 por barril, enquanto o preço à vista (*spot*) atual é \$60 por barril. O investidor deseja comprar 1.000 contratos futuros com maturidade de um ano. Suponha que o custo de carregamento anual seja de 3% ao ano sobre o valor total dos contratos e que exista um custo de transação com valor em um ano de \$1.200.

Quando o cenário previsto pelos analistas refletir uma situação de *backwardation*, o resultado financeiro líquido esperado para a operação é igual a:

- (A) ganho líquido de \$1.800;
- (B) ganho líquido de \$2.800;
- (C) perda líquida de \$8.000;
- (D) perda líquida de \$3.200;
- (E) ganho líquido de \$2.000.

33

Um gestor de fundo de renda fixa está avaliando o impacto de uma expectativa de aumento nas taxas de juros sobre a sua carteira, que consiste principalmente em títulos de longo prazo com diferentes níveis de *duration* e convexidade. Considerando um cenário onde a estrutura a termo das taxas de juros sofre um aumento paralelo, o gestor está interessado em aplicar estratégias de imunização para proteger a carteira do risco de taxa de juros. A carteira tem uma *duration* média de 7 anos e uma convexidade média de 12.

Considerando que o gestor deseja manter um posicionamento defensivo, a estratégia mais eficaz para mitigar o risco de taxa de juros é:

- (A) aumentar a *duration* da carteira para 10 anos, pois a convexidade positiva é favorável à obtenção de ganhos de preço, em um cenário de curva de juros (estrutura a termo da taxa de juros) negativamente inclinada;
- (B) reduzir a *duration* da carteira para 5 anos e selecionar títulos com maior convexidade, aumentando assim a proteção da carteira contra mudanças bruscas nas taxas de juros;
- (C) manter a *duration* constante, mas aumentar a alocação em títulos de crédito de alta qualidade para reduzir o risco de crédito associado à volatilidade das taxas de juros;
- (D) implementar uma estratégia de *duration hedge*, vendendo futuros de taxas de juros ou utilizando *swaps* de taxa de juros para ajustar a *duration* efetiva da carteira para zero;
- (E) focar no aumento da liquidez da carteira, convertendo uma porcentagem significativa dos títulos em caixa para evitar qualquer impacto das movimentações nas taxas de juros.

34

As medidas de risco e as estratégias de *hedge* desempenham papéis fundamentais na gestão de carteiras de investimentos e na mitigação de riscos associados a movimentos adversos do mercado.

Desse modo, é correto afirmar que:

- (A) o *Value at Risk* (VaR) e o *Expected Shortfall* (ES) calculam a perda máxima esperada com base na distribuição normal padrão, mas o ES amplia a análise, pois considera como ajuste as variações na volatilidade implícita das opções constantes na carteira;
- (B) uma estratégia de *hedge* delta-gama só é aplicável a carteiras que contêm exclusivamente opções de venda (*puts*), pois as opções de compra (*calls*) são naturalmente protegidas contra mudanças no preço do ativo subjacente (delta dinâmico);
- (C) testes de estresse são considerados redundantes quando o *backtesting* do VaR mostra resultados consistentemente precisos, pois esse resultado indica que a estratégia de *hedge* e as medidas de risco são inerentemente robustas sob todas as condições de mercado;
- (D) estratégias de *hedge* que utilizam opções devem ser ajustadas em resposta a mudanças na volatilidade implícita, pois ela afeta diretamente o prêmio das opções e pode sinalizar uma alteração na expectativa de mercado quanto à volatilidade futura do ativo subjacente;
- (E) implementar um *hedge* delta-gama é menos eficaz do que estratégias de *hedge* baseadas unicamente no delta, pois, para zerar o gama de uma carteira, aumenta-se desnecessariamente a complexidade da estratégia, sem oferecer benefícios tangíveis em termos de redução de risco, já que o gama é uma variação de segunda ordem.

35

Em relação à microestrutura de mercados e aos investimentos alternativos, é correto afirmar que:

- (A) os fundos estruturados, especificamente os fundos de investimento em direitos creditórios (FIDCs) e fundos de investimento imobiliário (FIIs), têm natureza fechada, não permitindo a entrada de novos investidores após o período inicial de captação, o que contribui para a estabilidade do fundo, mas limita sua liquidez;
- (B) o impacto das plataformas de finanças descentralizadas (DeFi) na liquidez do mercado de criptoativos é predominantemente negativo, pois incentiva práticas especulativas que aumentam a volatilidade e reduzem a previsibilidade do mercado;
- (C) a securitização permite que os originadores dos ativos retenham a propriedade dos ativos enquanto transferem todos os riscos associados para os investidores, maximizando, assim, os lucros sem riscos;
- (D) a adoção crescente de negociações algorítmicas (*algorithmic trading*) e de inteligência artificial para a tomada de decisões de investimento, apesar de melhorar a eficiência, não reduz o impacto emocional nas negociações de mercado;
- (E) a tokenização de ativos no financiamento do agronegócio pode aumentar a liquidez e democratizar o acesso ao investimento, embora seja necessário superar barreiras regulatórias e operacionais importantes, incluindo a proteção ao investidor e a adaptação ao *sandbox* regulatório.

Contabilidade

36

Uma empresa S.A. celebra um contrato de um ano no qual o cliente recebe um telefone e um plano de dados por um preço de R\$ 350,00 mensais. O telefone pode ser adquirido individualmente pelo preço de R\$ 3.000,00 e a empresa oferece um plano de 12 meses sem telefone que inclui o mesmo nível de dados por um preço de R\$ 150,00 mensais, fornecendo evidências observáveis desse padrão.

Considerando as informações apresentadas, o analista da CVM identificou que a empresa deve alocar:

- (A) R\$ 4.800,00 para o plano de dados;
- (B) R\$ 3.000,00 para o celular e R\$ 4.200,00 para o plano de dados;
- (C) R\$ 2.625,00 para o celular e R\$ 1.575,00 para o plano de dados;
- (D) R\$ 3.000,00 para o celular e R\$ 1.800,00 para o plano de dados;
- (E) R\$ 2.625,00 para o celular e R\$ 1.800,00 para o plano de dados.

37

Uma empresa S.A. adquiriu 40% das ações de outra companhia S.A. denominada B. O preço pago foi de R\$ 130.000. Os ativos e passivos da empresa B naquela data tinham os seguintes valores contábeis e justos:

	Valor contábil	Valor justo
Caixa	R\$ 10.000	R\$ 10.000
Contas a Receber	R\$ 20.000	R\$ 20.000
Estoques	R\$ 70.000	R\$ 90.000
Terrenos	R\$ 20.000	R\$ 40.000
Outros ativos imobilizados	R\$ 140.000	R\$ 220.000
Total do Ativo	R\$ 260.000	R\$ 380.000
Total do Passivo	R\$ 70.000	R\$ 70.000
Patrimônio Líquido	R\$ 190.000	R\$ 310.000

Considerando as informações apresentadas, o analista da CVM identificou que:

- (A) haverá amortização do *goodwill* conforme a vida útil dos outros ativos imobilizados;
- (B) será alocado um valor de R\$ 32.000 aos ativos e o diferencial total de R\$ 40.000 será considerado *goodwill*;
- (C) serão alocados, aos ativos estoques, terrenos e outros imobilizados, os valores de R\$ 3.200, R\$ 3.200 e R\$ 21.600, respectivamente;
- (D) serão alocados, aos ativos estoques, terrenos e outros imobilizados, os valores de R\$ 8.000, R\$ 8.000 e R\$ 32.000, respectivamente;
- (E) serão alocados, aos ativos estoques, terrenos e outros imobilizados, os valores de R\$ 10.000, R\$ 10.000 e R\$ 34.000, respectivamente.

38

Analise as três situações a seguir.

1. Uma empresa S.A. detém uma patente registrada em 1º de janeiro de 2024. Essa patente possui um valor contábil de R\$ 288.000 e uma vida útil de 8 anos. Durante 2024, a empresa incorreu em custos de pesquisa de R\$ 96.000 e moveu uma ação por violação de patente contra um concorrente. Em 1º de dezembro de 2024, a empresa recebeu a boa notícia de que sua patente era válida e que seu concorrente não poderia utilizá-la. A empresa incorreu em despesas de R\$ 85.000 para defender a patente em 2024.
2. Uma empresa S.A. denominada C possui dois recursos principais: um software customizado que desenvolveu internamente e para os quais está registrada uma patente e o *know-how* do pessoal que opera o software. Os funcionários que o operam são obrigados a avisar com um mês de antecedência sobre sua demissão.
3. Uma empresa S.A. comprou uma patente por R\$ 1.500.000 em 1º de janeiro de 2024. A patente está sendo amortizada ao longo de sua vida restante de 10 anos. Em 1º de janeiro de 2026, a empresa determinou que os benefícios econômicos da patente fossem de somente 6 anos a partir da data de aquisição.

Considerando as informações apresentadas e os preceitos do CPC 04, o analista da CVM identificou que:

- (A) na situação 1, o valor contábil da patente em 31 de dezembro 2024 é de R\$ 336.000;
- (B) na situação 1, a amortização acumulada da patente em 31 de dezembro 2024 é de R\$ 36.000;
- (C) na situação 2, a empresa C controla os dois recursos;
- (D) na situação 2, o *know-how* atende à definição de ativo intangível;
- (E) na situação 3, a nova amortização anual da patente será de R\$ 300.000.

39

Em 1º de janeiro de 2024, a empresa S.A. celebra um contrato com um cliente para vender condicionadores de ar por R\$ 4.000 cada um. Se o cliente adquirir mais de 1.000 condicionadores de ar em um ano fiscal, o contrato estabelece que o preço será reduzido retroativamente para R\$ 3.800 por unidade. Em 31 de março de 2023, a empresa S.A. vende e entrega 80 condicionadores de ar ao cliente. Nesse momento, a empresa estima que é altamente provável que a compra do cliente não venha a exceder o limite de 1.000 unidades exigidas para o desconto por volume no ano fiscal. Consequentemente, a empresa S.A. reconhece um valor de receitas para o primeiro trimestre findo em 31 de março de 2023. No início de junho de 2023, o cliente adquire outra empresa e, no final do segundo trimestre, 30 de junho de 2023, a empresa S.A. vende e entrega 500 aparelhos adicionais ao cliente. Diante do novo fato, a empresa S.A. estima que é altamente provável que as compras do cliente ultrapassem o limite de 1.000 aparelhos para o ano fiscal. A empresa S.A. reconhece novamente receitas para o trimestre encerrado em 30 de junho de 2023.

Considerando as informações apresentadas, a classificação da contraprestação presente no contrato e o montante de receitas reconhecidas em 30 de junho de 2023 são, respectivamente:

- (A) variável e a receita de R\$ 1.884.000;
- (B) fixa e a receita de R\$ 2.000.000;
- (C) variável e a receita de R\$ 2.000.000;
- (D) variável e a receita de R\$ 2.204.000;
- (E) fixa e a receita de R\$ 2.320.000.

40

Uma empresa S.A. não elaborou as demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais em 2022 e 2023 e também não elaborou as demonstrações financeiras trimestrais que serviriam como base ao preenchimento dos formulários ITR de 2022 (2º e 3º) e de 2023 (1º, 2º e 3º).

Considerando as informações apresentadas e os preceitos da Lei nº 6.404, o analista da CVM identificou que a elaboração das demonstrações financeiras era de responsabilidade do(a):

- (A) conselho de administração;
- (B) conselho fiscal;
- (C) comitê de auditoria;
- (D) diretoria;
- (E) contador.

41

Uma empresa S.A. constrói uma fábrica de produtos químicos com vida útil de 30 anos. As leis ambientais exigem que a empresa desmonte a planta no final de sua vida útil, e a estimativa a valor presente dessa remoção é de R\$ 500 milhões. A instalação e os testes da nova fábrica de produtos químicos da empresa resultam na contaminação do solo da fábrica. A empresa será obrigada a limpar a contaminação causada pela instalação quando a fábrica for desmontada; para essa tarefa a estimativa a valor presente é de R\$ 350 milhões. Além disso, haverá danos contínuos ao meio ambiente pelas emissões de poluentes ao longo da vida operacional da fábrica durante a produção dos estoques; a estimativa de recuperação dos danos a valor presente é de R\$ 250 milhões.

Considerando as informações apresentadas, o analista da CVM identificou que a empresa reconheceu:

- (A) uma provisão para custos de desmontagem e a contrapartida no custo do imobilizado fábrica no total de R\$ 850 milhões e divulgou em nota explicativa um passivo contingente de R\$ 250 milhões;
- (B) uma provisão para custos de desmontagem e a contrapartida no custo do imobilizado fábrica no total de R\$ 850 milhões;
- (C) uma provisão para custos de desmontagem e a contrapartida no custo do imobilizado fábrica de R\$ 1,1 bilhão;
- (D) uma provisão para custos de desmontagem na DRE e a contrapartida no passivo de R\$ 850 milhões;
- (E) uma provisão para custos de desmontagem na DRE e a contrapartida no passivo de R\$ 1,1 bilhão.

42

A empresa ZZZ S.A. concluiu, em 1º de novembro de 2023, a aquisição de 100% das ações da YYY S.A. O preço de aquisição foi de R\$ 2 milhões pagos à vista, em recursos financeiros. O patrimônio líquido da YYY S.A. era de R\$ 200 mil. A YYY S.A. é a maior rede varejista especializada em produtos frescos, com foco em frutas, legumes e verduras, possuindo uma rede de 60 lojas em 6 estados brasileiros e sendo referência digital do setor no país, com as vendas online representando 30% do total. A ZZZ S.A., através de avaliação de consultores externos, efetuou os estudos para determinação do valor justo dos ativos e passivos para a alocação do preço de compra. O avaliador identificou passivos contingentes (não prováveis que sejam requeridas saídas de recursos para liquidar a obrigação) mensurados a valor justo com confiabilidade no valor de R\$ 100.000,00.

YYY S.A.	Valor Justo (em reais)
Contas de ativo	
Títulos e valores mobiliários	30.000,00
Depósitos judiciais	4.000,00
Imobilizado	350.000,00
Intangível	670.000,00
Ativo de direito de uso	420.000,00
Outros ativos circulantes e não circulantes	400.000,00
Contas de passivo	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	540.000,00
Passivo de arrendamento	460.000,00
Imposto de renda e contribuição social diferido	150.000,00
Outros passivos circulantes e não circulantes	280.000,00

O ágio apurado até 31 de dezembro de 2023, data da operação concluída, foi pago principalmente pela expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), uma vez que a YYY S.A. oferece alta recorrência de compra, por meio da capilaridade, localização estratégica das lojas e integração digital.

Considerando as informações apresentadas, o analista da CVM identificou um ágio de:

- (A) R\$ 144.000,00;
- (B) R\$ 344.000,00;
- (C) R\$ 1.556.000,00;
- (D) R\$ 1.656.000,00;
- (E) R\$ 1.800.000,00.

43

Em 31 de março de 2023, uma empresa S.A. decide vender três ativos que fazem parte de diferentes unidades geradoras de caixa para o mesmo adquirente. As informações a seguir foram fornecidas em 31 de março de 2023.

Ativo	Valor Contábil		Valor justo
	Antes da classificação como mantido para venda	Remensurado antes da classificação como mantido para venda	
A	R\$ 5.600,00	R\$ 5.200,00	R\$ 5.000,00
B	R\$ 8.200,00	R\$ 8.000,00	R\$ 8.000,00
C	R\$ 3.500,00	R\$ 3.000,00	R\$ 2.800,00

Considerando as informações apresentadas, o analista da CVM identificou uma perda por redução ao valor recuperável de ativos da empresa S.A. no total de:

- (A) R\$ 200,00;
- (B) R\$ 400,00;
- (C) R\$ 600,00;
- (D) R\$ 1.100,00;
- (E) R\$ 1.500,00.

44

Em 1º de janeiro de 2024, um banco emitiu um empréstimo de 1 milhão de reais para três anos e determinou as seguintes probabilidades em relação a esse empréstimo com base no histórico:

1. a probabilidade de o empréstimo entrar em inadimplência ao longo do prazo de três anos é de 3%, e o valor atual do fluxo de caixa contratual ao longo da vida do empréstimo que não será recuperado, dada a inadimplência, é de R\$ 500.000;
2. a probabilidade de o empréstimo entrar em inadimplência nos próximos 12 meses é de 1%, e o valor presente dos fluxos de caixa contratuais devidos nos próximos 12 meses que não serão recuperados, dada a inadimplência, é de R\$ 100.000;
3. a probabilidade de o empréstimo entrar em inadimplência nos próximos 12 meses é de 1%, e o valor atual dos fluxos de caixa contratuais ao longo da vida do empréstimo que não serão recuperados, dada a inadimplência, é de R\$ 300.000.

Considerando-se as informações apresentadas, e os preceitos do CPC 48, o analista da CVM identificou que se o risco de crédito:

- (A) aumentar significativamente desde o reconhecimento inicial, o banco reconhecerá as perdas de crédito esperadas conforme a opção 1, mensurada em 3% de R\$ 500.000, ou seja, R\$ 15.000;
- (B) aumentar significativamente desde o reconhecimento inicial, o banco reconhecerá as perdas de crédito esperadas conforme a opção 2, mensurada em 1% de R\$ 100.000, ou seja, R\$ 1.000;
- (C) aumentar significativamente desde o reconhecimento inicial, o banco reconhecerá as perdas de crédito esperadas conforme a opção 3, mensurada em 3% de R\$ 300.000, ou seja, R\$ 9.000;
- (D) reduzir significativamente desde o reconhecimento inicial, o banco reconhecerá as perdas de crédito esperadas conforme a opção 1, mensurada em 3% de R\$ 5.000 para cada ano;
- (E) reduzir significativamente desde o reconhecimento inicial, o banco reconhecerá as perdas de crédito esperadas conforme a opção 2, mensurada em 1% de R\$ 100.000, ou seja, R\$ 1.000.

45

Uma empresa S.A. assinou um contrato de arrendamento de um armazém. A vida útil do ativo é de 5 anos e seu valor justo é de R\$ 20.000. O contrato estipula as seguintes regras: (i) os pagamentos de aluguel de R\$ 4.638, totalizando R\$ 23.190 (valor presente de R\$ 20.000), deverão ser feitos no início de cada ano do arrendamento de 5 anos e nenhum valor residual é esperado no final do arrendamento; (ii) a empresa S.A. deverá reembolsar anualmente o arrendador por quaisquer impostos imobiliários incorridos no ano (no ano anterior, o custo dos impostos imobiliários foi de R\$ 700, embora esses custos variem de ano para ano); (iii) a empresa S.A. deverá efetuar um pagamento de R\$ 500, totalizando R\$ 2.500 (valor presente de R\$ 2.156), junto com o pagamento do aluguel a cada período, para cobrir o seguro que a arrendadora possui do armazém. A empresa S.A. pagou honorários advocatícios de R\$ 1.000 na execução do arrendamento.

Considerando as informações apresentadas e os preceitos do CPC 06, o analista da CVM identificou os seguintes lançamentos de reconhecimento inicial do arrendamento (desconsidere os efeitos do passivo circulante e não circulante):

- (A) Débito: direito de uso R\$ 23.156
Crédito: caixa R\$ 1.000
Crédito: passivo de arrendamento R\$ 22.156;
- (B) Débito: direito de uso R\$ 23.156
Débito: impostos imobiliários R\$ 700
Crédito: caixa R\$ 1.700
Crédito: passivo de arrendamento R\$ 22.156;
- (C) Débito: direito de uso R\$ 23.156
Crédito: passivo de arrendamento R\$ 23.156;
- (D) Débito: direito de uso R\$ 20.000
Débito: perda no reconhecimento inicial do arrendamento R\$ 2.156
Débito: despesas com honorários advocatícios R\$ 1.000
Crédito: passivo de arrendamento R\$ 23.156;
- (E) Débito: direito de uso R\$ 20.000
Débito: perda no reconhecimento inicial do arrendamento R\$ 2.156
Débito: despesas com honorários advocatícios R\$ 1.000
Débito: impostos imobiliários R\$ 700
Crédito: caixa R\$ 700
Crédito: passivo de arrendamento R\$ 23.156.

46

Uma empresa B é de propriedade das empresas X, Y e Z na proporção de 55%, 40% e 5% dos direitos de voto, respectivamente. A gestão e as operações de B são regidas por um acordo de acionistas que requer o consentimento de X e Y. X detém uma opção de compra sobre as ações de Y, que é exercível pelo valor justo em caso de impasse entre as partes. Se X e Y não chegarem a um acordo, o acordo de acionistas inclui vários mecanismos não vinculativos desenhados para ajudar as partes a chegarem a um acordo. Contudo, se mesmo assim X e Y não chegarem a um acordo, então X poderá exercer a sua opção de compra para adquirir as ações de B detidas por Y. Não existem barreiras que impeçam X de exercer a opção.

Considerando as informações apresentadas e os preceitos do CPC 36, o analista da CVM identificou que:

- (A) se a empresa X avaliar a opção de compra das ações de Y, opção essa que pode ser exercida em caso de impasse, ela será considerada substantiva;
- (B) se a empresa B decidir vender as participações em X ou Y, deverá classificar como mantido para venda o grupo de ativos destinado a ser baixado;
- (C) se as empresas X e Y transacionarem, haverá necessidade de divulgações sobre partes relacionadas para a entidade que reporta X;
- (D) se a empresa B for um fundo de investimento em participações qualificado como entidade de investimento, as participações em X e Y deverão ser avaliadas pelo método de equivalência patrimonial;
- (E) se a empresa B for um fundo de investimentos imobiliário, os ganhos resultantes da avaliação econômica dos ativos do fundo devem ser reconhecidos em outros resultados abrangentes.

47

Uma empresa S.A. possui um grupo de máquinas com valor contábil agregado de R\$ 123.000 em 31 de dezembro de 2023. Para a empresa, esse grupo de máquinas constitui uma unidade geradora de caixa. Com base na diminuição da produtividade esperada das máquinas à medida que envelhecem, e nos custos crescentes em que se incorrerá para gerar a produção, construiu-se a seguinte tabela em relação ao grupo de máquinas.

Ano	Receitas	Custos, excluindo depreciação	Valor presente dos fluxos de caixa
2024	R\$ 75.000,00	R\$ 28.000,00	R\$ 44.700,00
2025	R\$ 80.000,00	R\$ 42.000,00	R\$ 34.500,00
2026	R\$ 65.000,00	R\$ 55.000,00	R\$ 8.700,00
2027	R\$ 20.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 4.100,00

O justo valor da maquinaria na unidade geradora de caixa é determinado por avaliador externo. Após dedução dos custos estimados de alienação, o justo valor menos custos de venda é calculado em R\$ 84.500.

Considerando as informações apresentadas e os preceitos do CPC 01, o analista da CVM identificou uma perda por redução ao valor recuperável de:

- (A) R\$ 8.000,00;
(B) R\$ 15.500,00;
(C) R\$ 23.000,00;
(D) R\$ 31.000,00;
(E) R\$ 38.500,00.

48

Uma empresa S.A. patrocina um plano de pensão de benefício definido. O atuário da empresa fornece as seguintes informações sobre o plano:

	01/01/24	31/12/24
Obrigação de benefício adquirido (<i>vested</i>)	R\$ 1.500,00	R\$ 1.900,00
Obrigação de benefícios acumulados	R\$ 1.900,00	R\$ 2.730,00
Obrigação de benefício definido	R\$ 2.500,00	R\$ 3.300,00
Ativos do plano (valor justo)	R\$ 1.700,00	R\$ 2.620,00
Contribuições (em 2024)		R\$ 700,00

O saldo do valor líquido do ativo/passivo do plano de pensão em 1º de janeiro de 2024 era de R\$ 800,00. O custo do serviço foi de R\$ 400,00 e os benefícios pagos de R\$ 200,00, ambos em 2024. Os benefícios adquiridos são aqueles que o empregado tem direito a receber mesmo que não preste serviços adicionais no âmbito do plano. A empresa calcula a obrigação de pensão de benefícios adquiridos usando os níveis salariais atuais; essa obrigação inclui apenas benefícios adquiridos. A taxa de desconto (juros) é de 10%.

Considerando as informações apresentadas, o analista da CVM calculou o retorno real dos ativos do plano no valor de:

- (A) R\$ 350,00;
- (B) R\$ 420,00;
- (C) R\$ 500,00;
- (D) R\$ 830,00;
- (E) R\$ 920,00.

49

Uma empresa S.A denominada A possui 20% da empresa S.A. denominada B e classificada como coligada. Durante 2024, a empresa A vendeu para a empresa B, por R\$ 150 mil, mercadorias que custaram R\$ 50 mil. Na data de encerramento das demonstrações contábeis em 2024, esse estoque entre empresas não havia sido vendido pela coligada para terceiros. Durante 2025, a coligada vendeu o estoque para terceiros. Considerando as informações apresentadas e 34% de tributos, a empresa investidora:

- (A) reconheceu um lucro de R\$ 30.000,00 em 2025;
- (B) reconheceu um lucro de R\$ 150.000,00 em 2025;
- (C) excluiu um lucro não realizado de R\$ 13.200,00 na DRE em 2024;
- (D) excluiu um lucro não realizado de R\$ 20.000,00 na DRE em 2024;
- (E) excluiu das receitas R\$ 20.000,00, R\$ 10.000,00 dos custos e R\$ 30.000,00 dos investimentos em coligada em 2024.

50

Os segmentos reportáveis são apresentados de modo consistente com os relatórios internos revisados regularmente pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais de uma companhia S.A., o diretor presidente executivo, para fins de avaliação do desempenho de cada segmento e alocação de recursos para esses segmentos. Dessa forma, as informações por segmento são apresentadas em zonas geográficas, uma vez que os riscos e taxas de retorno são afetados predominantemente pelo fato de a companhia operar em diferentes regiões.

Região	Receitas	Lucros (Prejuízos)
A	R\$ 800.000	R\$ 280.000
B	R\$ 500.000	(R\$ 150.000)
C	R\$ 2.300.000	(R\$ 1.000.000)
D	R\$ 900.000	(R\$ 450.000)
E	R\$ 800.000	R\$ 200.000
F	R\$ 3.800.000	R\$ 2.500.000

Considerando as informações apresentadas e os preceitos do CPC 22, o analista da CVM identificou:

- (A) dois segmentos divulgáveis;
- (B) três segmentos divulgáveis;
- (C) quatro segmentos divulgáveis;
- (D) cinco segmentos divulgáveis;
- (E) seis segmentos divulgáveis.

Auditoria

51

Considere os testes de auditoria a seguir.

- I. Observar a contagem física de estoques feita pela entidade que reporta e fazer testes de contagem para uma amostra de itens do estoque.
- II. Obter confirmações externas junto a credores da entidade com o objetivo de assegurar que todos os passivos que deviam ter sido registrados foram registrados
- III. Fazer teste substantivo das receitas no final do ano por meio de documentos que suportam as vendas realizadas antes e depois da data de encerramento das demonstrações financeiras para verificar a adequada contabilização no período de competência.
- IV. Recalcular o custo dos estoques para uma amostra de itens, cotejando com a documentação suporte de compras realizadas.
- V. Examinar se as notas explicativas contêm todas as informações relevantes que são requeridas pelas normas de contabilidade.

As afirmações tratadas por cada um desses testes de auditoria são, respectivamente:

- (A) Existência; Integridade; Corte; Valorização; Apresentação;
- (B) Classificação; Integridade; Corte; Valorização; Classificação;
- (C) Integridade; Classificação; Precisão; Classificação; Ocorrência;
- (D) Valorização; Existência; Precisão; Integridade; Apresentação;
- (E) Direitos e Obrigações; Existência; Classificação; Precisão; Ocorrência.

52

Suponha que um auditor tenha concluído que o uso da base contábil de continuidade operacional nas demonstrações financeiras é apropriado, mas também que existia incerteza relevante sobre a capacidade de continuidade operacional da entidade, tendo essa incerteza relevante sido adequadamente divulgada nas demonstrações financeiras.

Nesse caso, o relatório do auditor independente deve:

- (A) expressar uma opinião adversa;
- (B) expressar uma abstenção de opinião;
- (C) expressar uma opinião modificada por uma ressalva;
- (D) conter um parágrafo de ênfase e expressar uma opinião modificada;
- (E) expressar uma opinião não modificada e conter comentário em seção separada chamando a atenção para a incerteza.

53

Suponha que um auditor independente tenha sido responsável pela realização das auditorias de demonstrações financeiras de uma entidade nos últimos três exercícios. No exercício corrente, esse mesmo auditor foi novamente contratado para realizar a auditoria das demonstrações financeiras. Nesse contexto, o auditor percorreu os controles internos atinentes aos riscos de auditoria relativos ao reconhecimento de receitas de vendas e custos das mercadorias vendidas e obteve evidências de que determinados controles-chave recentemente modificados não estão operando de forma eficaz. Diante disso, optou por adotar uma abordagem de auditoria fundamentalmente substantiva. Nesse sentido, o auditor realizou a solicitação de confirmações externas de clientes selecionados e acompanhou o inventário físico de estoques de mercadorias em data próxima à data das demonstrações financeiras sob auditoria.

Dentro desse contexto, é correto afirmar que:

- (A) a realização de testes alternativos, quando a estratégia de confirmação junto a clientes não teve sucesso por falta de resposta, não é admitida pelas normas;
- (B) a obtenção de evidência de auditoria sobre o recebimento de contas a receber de clientes no período subsequente pode constituir-se em teste substantivo alternativo, na falta de resposta às solicitações de confirmação a clientes;
- (C) o auditor não deve utilizar evidências de auditoria de anos anteriores a respeito da efetividade operacional de controles, mesmo quando não ocorrerem alterações nos controles no período corrente em relação a períodos anteriores auditados;
- (D) o auditor deveria testar os controles-chave para obter evidência de auditoria completa acerca da inefetividade dos controles internos, mesmo tendo obtido evidências de que determinados controles-chave não estavam operando de forma eficaz;
- (E) a principal afirmação a respeito da qual o auditor poderá obter evidência de auditoria ao acompanhar o inventário físico diz respeito à classificação adequada das transações de compras e vendas de mercadorias.

54

Na realização de procedimentos analíticos substantivos na auditoria de afirmações relativas às transações de vendas e saldos de contas a receber de uma entidade, uma atividade típica é o(a):

- (A) seleção de uma amostra de vendas realizadas no período sob auditoria para cotejo com documentação suporte;
- (B) confirmação de saldos junto a clientes;
- (C) análise da variação na relação entre o saldo de contas a receber e as receitas do período;
- (D) teste do corte de receitas pela numeração de documentação suporte antes e depois da data das demonstrações financeiras;
- (E) verificação dos recebimentos ocorridos no período subsequente e relativos a receitas reconhecidas no período sob assegução.

55

No tocante aos procedimentos e evidências de auditoria, é correto afirmar que:

- (A) procedimento substantivo é o procedimento de auditoria planejado para avaliar a efetividade operacional dos controles internos;
- (B) testes de controle são procedimentos de auditoria planejados para avaliar a efetividade operacional dos controles cujo propósito seja garantir a alocação eficiente dos recursos da entidade;
- (C) a evidência de auditoria tem natureza cumulativa e compreende as informações utilizadas pelo auditor para fundamentar a sua opinião, que fornece assegução absoluta sobre as demonstrações financeiras;
- (D) os procedimentos analíticos compreendem, entre outros testes de detalhes, o confronto de transações observadas nos registros contábeis com sua respectiva documentação suporte;
- (E) os procedimentos analíticos compreendem a avaliação das informações feitas por meio de estudo das relações plausíveis entre dados (financeiros e não financeiros).

56

Com relação aos requerimentos de revisão interna, por parte das firmas de auditoria, da qualidade dos trabalhos, é correto afirmar que:

- (A) o revisor de qualidade do trabalho pode ser membro da equipe de trabalho;
- (B) uma firma de auditoria de menor porte ou de um único profissional pode contratar ou obter serviços de indivíduos externos à firma para realizar a revisão de qualidade do trabalho;
- (C) o sócio do trabalho de um ano pode assumir o papel de revisor de qualidade do trabalho no ano seguinte se já não for mais sócio do trabalho;
- (D) o revisor de qualidade de um trabalho não pode contar com o auxílio de outros profissionais da firma de auditoria (assistentes);
- (E) a revisão de qualidade pode ser informal, não sendo requerida documentação específica desse mecanismo de controle de qualidade interno às firmas de auditoria.

57

Tendo em vista o objetivo do uso da amostragem em auditoria, que é o de proporcionar uma base razoável para o auditor chegar a uma conclusão quanto à população da qual a amostra é selecionada, analise os fatores a seguir.

- I. Incremento na distorção tolerável.
- II. Incremento no nível de segurança desejado pelo auditor de que uma distorção tolerável não é excedida pela distorção real na população.
- III. Incremento no risco de distorção relevante.
- IV. Maior uso de outros procedimentos de auditoria direcionados à mesma afirmação.

Os efeitos de cada um desses quatro fatores, no tamanho da amostra selecionada para a realização de um teste substantivo direcionado a uma afirmação das demonstrações financeiras, são, respectivamente:

- (A) aumento; aumento; aumento; diminuição;
- (B) aumento; aumento; aumento; aumento;
- (C) diminuição; aumento; aumento; sem efeito;
- (D) diminuição; diminuição; aumento; sem efeito;
- (E) diminuição; aumento; aumento; diminuição.

58

Analise as situações a seguir.

- I. A entidade que reporta atua em um setor altamente volátil.
- II. O sistema de senhas do sistema informatizado da contabilidade é ineficaz porque todos conhecem a senha uns dos outros dentro da empresa auditada.
- III. Vendas de alto valor na entidade que reporta podem ser feitas a novos clientes sem a determinação de um limite de crédito, ou a clientes existentes em montantes acima de seus limites de crédito.
- IV. A amostra escolhida pelo auditor para testar um saldo contábil não é representativa da população.

Os tipos de risco de auditoria a que se refere cada uma das quatro situações são, respectivamente:

- (A) risco de detecção; risco de controle; risco inerente; risco de controle;
- (B) risco de controle; risco inerente; risco inerente; risco de controle;
- (C) risco inerente; risco de detecção; risco de controle; risco inerente;
- (D) risco inerente; risco de controle; risco de controle; risco de detecção;
- (E) risco de controle; risco de controle; risco de detecção; risco de controle.

59

Segundo as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis aos trabalhos de asseguarção, considera-se um risco de auditoria:

- (A) o risco de que os procedimentos de auditoria não consigam detectar uma fraude significativa;
- (B) o risco de que o auditor expresse uma opinião de auditoria inadequada quando as demonstrações financeiras contiverem distorção relevante;
- (C) o risco derivado do eventual não cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis à atividade da entidade que reporta;
- (D) o risco de que o auditor venha a ser influenciado pela administração de sorte a enviesar seu julgamento;
- (E) o risco de ineficácia dos controles internos da entidade que reporta.

60

No tocante ao mecanismo de revisão externa de qualidade estipulado pelas normas brasileiras de contabilidade, é correto afirmar que:

- (A) trata-se de mecanismo também conhecido como “revisão pelos pares”, em que dois auditores independentes (firmas ou pessoas físicas) revisam-se reciprocamente;
- (B) é realizada por entidade governamental da administração direta federal;
- (C) o processo de revisão externa de qualidade não requer a emissão de relatório por escrito;
- (D) o revisor e os demais membros da sua equipe devem ter independência em relação ao revisado e aos clientes selecionados;
- (E) um auditor pode atuar como revisor externo de outro auditor mesmo quando o revisor, na condição de revisado, tiver recebido um relatório de revisão de sistema de qualidade inadequado.

Estatística

Para a resolução das questões 61 a 70, pode ser necessário utilizar alguns dos resultados a seguir.

- Probabilidades aproximadas da Normal padrão ($Z \sim N(0,1)$):

$P(Z > 0.25) = 0.40$	$P(Z > 0.5) = 0.31$
$P(Z > 0.8) = 0.21$	$P(Z > 1) = 0.16$
$P(Z > 1.2) = 0.12$	$P(Z > 1.28) = 0.1,$
$P(Z > 1.5) = 0.07$	$P(Z > 1.64) = 0.05$
$P(Z > 1,96) = 0.025$	$P(Z > 2) = 0.02$
$P(Z > 2,33) = 0,01$	$P(Z > 2.5) = 0.06;$
$Pr(Z > 2,575) = 0,005$	$P(Z > 3) = 0.013$

- Valores aproximados da função exponencial:

$\exp(-1/40) = 0.97$	$\exp(-1) = 0,368$
$\exp(-2) = 0,135$	$\exp(-4) = 0,018$

- Valores aproximados da função logaritmo natural:

$\ln(2) = 0,7$	$\ln(3) = 1,1$	$\ln(4) = 1,4.$
----------------	----------------	-----------------

Também podem ser úteis os trechos de tabelas das distribuições a seguir.

- Distribuição t de Student:

Graus de Liberdade	Área de extremidade superior				
	10%	5%	2,5%	1%	0,5%
15	1,341	1,753	2.131	2,602	2,947
16	1,337	1,746	2,120	2,583	2,921
17	1,333	1,740	2,110	2,567	2,898
18	1,330	1,734	2,101	2,552	2,878
19	1,328	1,729	2,093	2,539	2,861
20	1,325	1,725	2,086	2,528	2,845

- Distribuição qui-quadrado:

Graus de Liberdade	Área de extremidade superior				
	2,5%	2%	1%	0,2%	0,1%
6	14,449	15,033	16,812	20,791	22,457
7	16,013	16,622	18,472	22,601	24,322
8	17,534	18,168	20,090	24,352	26,125
9	19,023	19,679	21,666	26,056	27,877
10	20,483	21,161	23,209	27,722	29,588

- Distribuição qui-quadrado:

Graus de Liberdade	Área de extremidade superior				
	99%	98%	97,5%	95%	90%
8	1,646	2,032	2,180	2,733	3,490
9	2,088	2,532	2,700	3,325	4,168
10	2,558	3,059	3,247	3,940	4,865
11	3,053	3,609	3,816	4,575	5,578
12	3,571	4,178	4,404	5,226	6,304

61

Queremos testar se a média anual de fraudes no mercado de capitais é superior a 4, com base nos registros do número de fraudes por ano ao longo dos últimos 16 anos, considerados como observações de uma amostra aleatória simples de uma população Normal. A variância dessa população é conhecida e é igual a 25.

Considerando que a média na população seja igual a 4.1, a probabilidade de que se cometa o Erro Tipo II nesse teste, ou seja, de que não se encontre evidência estatística de que a média é maior do que 4, é, aproximadamente:

- (A) 0,12;
- (B) 0,27;
- (C) 0,73;
- (D) 0,88;
- (E) 0,9.

62

Um assessor de investimentos tenta prever a rentabilidade mensal futura y de um ativo. Ele considera que y (em %) siga um modelo AR(1): $y_t = \phi_0 + \phi_1 y_{t-1} + \varepsilon_t$, em que $E(\varepsilon_t) = 0$ e $\text{corr}(\varepsilon_t, \varepsilon_{t-s}) = 0$, para $s = 1, 2, \dots$. A estimativa obtida para ϕ_0 foi 8. A rentabilidade prevista pelo modelo, no longuíssimo prazo, é:

- (A) 4%, se a estimativa de ϕ_1 foi igual a -1;
- (B) 5%, se a estimativa de ϕ_1 foi igual a 0,6;
- (C) 10%, se a estimativa de ϕ_1 foi igual a 0,8;
- (D) 16%, se a estimativa de ϕ_1 foi igual a -0,5;
- (E) 20%, se a estimativa de ϕ_1 foi igual a 0,6.

63

Um analista investiga, mediante um modelo de regressão linear, a relação entre a rentabilidade y de ofertas públicas disponíveis no mercado e um indicador de risco associado ao emissor, representado pela variável explicativa x. Foi utilizada uma amostra de 20 pares de observações mensais. Considerando que o termo de erro siga distribuição Normal, o modelo estimado está apresentado a seguir (os erros padrão estão entre parênteses).

$$y = 0,528 + 0,63 x$$

(0,264) (0,300)

Quando se avalia a significância da estimativa do impacto de x sobre y, o p-valor associado ao teste de hipóteses bilateral correspondente está:

- (A) abaixo de 0,01;
- (B) entre 0,01 e 0,02;
- (C) entre 0,02 e 0,05;
- (D) entre 0,05 e 0,1;
- (E) acima de 0,1.

64

Seja o modelo de séries temporais MA(2): $Y_t = \varepsilon_t - k\varepsilon_{t-1} + 0,5\varepsilon_{t-2}$, em que $E(\varepsilon_t) = 0$, $V(\varepsilon_t) = 2$ e $\text{corr}(\varepsilon_t, \varepsilon_{t-s}) = 0$, para $s = 1, 2, \dots$. O coeficiente k assume um valor que não é fornecido. Sabemos, porém, que a função de autocovariância teórica desse modelo, avaliada no *lag* (defasagem) 1, assume um valor negativo igual a $-0,75$.

Assim, o valor de k é:

- (A) 0,15;
- (B) 0,25;
- (C) 0,45;
- (D) 0,65;
- (E) 0,75.

65

Os tempos X_i de solicitação de resgate de um fundo, por parte dos investidores, seguem distribuição de probabilidade lognormal com parâmetros μ e σ^2 .

Com base em uma amostra aleatória de tamanho n , e considerando "ln" a função logaritmo natural, o estimador consistente para μ , sugerido pela Lei dos Grandes Números, é:

- (A) $\prod_{i=1}^n \frac{\ln(X_i)}{n}$;
- (B) $\frac{\ln \sum_{i=1}^n X_i}{n}$;
- (C) $\ln \frac{\sum_{i=1}^n X_i}{n}$;
- (D) $\frac{\ln(\prod_{i=1}^n X_i)}{n}$;
- (E) $\frac{\prod_{i=1}^n \ln(X_i)}{n}$.

66

O número de denúncias a um órgão em um certo período segue distribuição de Poisson, cujo parâmetro é desconhecido. Nas últimas 5 horas, chegaram ao órgão as seguintes quantidades de reclamações/hora: 3, 2, 1, 1 e 3.

Com base nesses dados, e considerando-os como observações de uma amostra aleatória simples, a estimativa de máxima verossimilhança para a probabilidade de que, nas próximas 2 horas, cheguem à agência ao menos 2 denúncias é:

- (A) 0,10;
- (B) 0,14;
- (C) 0,59;
- (D) 0,91;
- (E) 0,95.

67

Suponha que sejam usados indicadores para avaliar a possibilidade de inadimplência de títulos emitidos no mercado, e seja X um desses indicadores. Se X assume um valor inferior a 4, a probabilidade de que o emissor do título venha a se tornar inadimplente é 0,6. Por outro lado, se X estiver acima de 7, a probabilidade de inadimplência é de apenas 0,2. Finalmente, se o indicador estiver situado entre 4 e 7 (incluindo os extremos), o título emitido possui probabilidade de inadimplência de 0,4. Sabe-se ainda que, quando se considera o universo de todos os títulos emitidos no mercado, os valores de X seguem distribuição Normal com média 6 e variância 4.

Um título emitido nesse mercado é selecionado ao acaso. A probabilidade de que seu emissor venha a se tornar inadimplente é:

- (A) 0,35;
- (B) 0,37;
- (C) 0,39;
- (D) 0,41;
- (E) 0,43.

68

Um investidor quer construir um intervalo de confiança para a variância dos retornos de um ativo, com base em uma amostra aleatória de 11 dias. A variância amostral dos retornos no período foi 19,7.

Supondo que os retornos sigam distribuição normal, o limite superior do intervalo de 90% para a variância (considerando probabilidades iguais em cada cauda) é:

- (A) 35;
- (B) 40;
- (C) 45;
- (D) 50;
- (E) 55.

69

Um aluno presta um exame de seleção no qual será submetido a 48 questões de múltipla escolha, cada uma com 4 alternativas, sendo apenas uma delas correta. O aluno é aprovado se acertar ao menos 19 questões. Porém, como esse aluno não domina o conteúdo, ele adota a estratégia de "chutar" todas as respostas, ou seja, sempre escolher, de forma totalmente aleatória, uma das 4 alternativas.

A melhor aproximação para a probabilidade de que ele seja aprovado, condicional à informação de que ele acerte pelo menos 10 questões utilizando essa estratégia, é:

(considere $P(X \geq k) = 1 - P(X \leq k - 1)$ antes de aplicar a aproximação e despreze o efeito da correção de continuidade)

- (A) 1/50;
- (B) 1/42;
- (C) 1/35;
- (D) 1/14;
- (E) 1/7.

70

Uma corretora decide inspecionar os procedimentos de seus escritórios por amostragem. Para isso, ela conduz uma amostragem de conglomerados simples e, em seguida, avalia todos os escritórios dentro de cada conglomerado selecionado.

Esse procedimento, em relação à amostragem aleatória simples de todas as corretoras, costuma ter como principal(is) vantagem(ns):

- (A) o ganho de eficiência estatística, mantendo-se o tamanho da amostra, embora operacionalmente seja mais complexo;
- (B) redução do custo operacional e menor tamanho de amostra, apesar de demandar um cadastro de todos os escritórios;
- (C) o menor tamanho de amostra necessário, mantendo-se a eficiência estatística de uma amostragem aleatória simples;
- (D) o ganho de eficiência estatística e o menor tamanho de amostra necessário, além da redução do custo operacional;
- (E) o fato de não demandar um cadastro de todos os escritórios e possível redução do custo operacional, apesar da perda de eficiência.

RASCUNHO

Realização

